



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

*Carta de Lei, o Tabelião (ci)
de Notas do Mun. de Ribeira
Dr. Tracy Duarte de Camargo
Dr. Ari de Almeida Camargo*

LEI Nº 337 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2005.

"Dá nova redação a Lei Nº277, de 22.06.2001, que criou o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente".

O Prefeito Municipal de Ribeira, Estado de São Paulo Sr. Jonas Dias Batista, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica criado na cidade de Ribeira o Conselho Tutelar com a finalidade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

ARTIGO 2º - O Conselho Tutelar é órgão autônomo, não jurisdicional estando suas atividades restritas a competência territorial.

CAPÍTULO I - DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO TUTELAR

ARTIGO 3º - A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I – Pelo domicílio dos pais ou responsáveis;

II – Pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, à falta dos pais ou responsáveis;

§ 1º - Nos casos de ato infracional praticado por criança ou adolescente, será competente o Conselho Tutelar do município, observado as regras de conexão, continência e prevenção;

§ 2º - A execução de medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar do município ou do lugar onde se sediar a entidade que abrigar a criança ou o adolescente.

ARTIGO 4º - O conselho tutelar será composto por 5 (cinco) membros escolhidos pelos cidadãos do município, para um mandato de 3 (três) anos, permitida uma reeleição.

§ 1º - O Conselho Tutelar é vinculado ao gabinete do prefeito municipal.

§ 2º - As entidades representativas poderão apresentar até (02) dois membros, para concorrerem às eleições do Conselho.

ARTIGO 5º - Exigir-se-á dos candidatos a membros do Conselho Tutelar os seguintes requisitos:

I – Ser indicado por entidade representativa, atuante no município e em regular funcionamento.